

**INDICAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO E O COMÉRCIO DO FUMO
SUL-MINEIRO:
ANÁLISE DO LIVRO DE NOTAS DO NEGOCIANTE ANTÔNIO JOSÉ
RIBEIRO DE CARVALHO**

Marcos Ferreira de Andrade

(Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professor do curso de História do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH e professor colaborador do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ)

Resumo

O trabalho discute a importância do cultivo do tabaco e da comercialização do fumo sul-mineiro em algumas propriedades localizadas mais ao sul da antiga comarca do Rio das Mortes, nas freguesias de Santa Catarina, Carmo de Minas e Cristina, na primeira metade do século XIX. Os indícios da importância no fumo na área estudada foram cotejados a partir da análise dos inventários de alguns escravistas e também do livro de notas de um fazendeiro-negociante.

Palavras-chave: Escravidão – Comércio – Fumo – Sul de Minas

Área Temática: **História Econômica e Demografia Histórica**
H3 – Urbanização e comércio em Minas Gerais no Século XIX

Indicações sobre a produção e o comércio do fumo sul-mineiro: análise do livro de notas do negociante Antônio José Ribeiro de Carvalho

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo oferecer pistas sobre a importância da produção e comercialização do fumo sul-mineiro, localizado nas freguesias e distritos que compunham a região de Cristina, que até a década de 1830, pertencia ao termo da vila da Campanha da Princesa. Considerando esse aspecto, foram analisados alguns inventários de proprietários envolvidos com o cultivo do tabaco, verificando o volume da produção que aparece arrolado nos processos notariais, além das informações constantes do livro de notas do negociante Antônio José Ribeiro de Carvalho, mais conhecido como o “velho do Condado”. O que as fontes indicam é que a produção e comercialização de fumo faziam parte de conjunto diversificado de atividades desenvolvidas pelos fazendeiros/negociantes, um tipo social marcante no cenário sul-mineiro da primeira metade do século XIX.¹

2. O cultivo de tabaco no Sul de Minas

A importância que teve o cultivo do tabaco no Sul de Minas, mais precisamente no termo de Baependi, é abordada de forma bastante genérica em vários trabalhos, pois ainda faltam estudos mais detalhados dessa atividade na região, destacando o volume da produção, a importância do comércio e sua vinculação com o tráfico internacional,² se é que ocorria. Este trabalho, por sua vez, também não se destina a oferecer muitas respostas para o “ciclo do fumo sul-mineiro”, como define Douglas Libby,³ mas, certamente, alguns inventários denotam a importância que a atividade possuía na região e quantos proprietários estavam diretamente envolvidos nela.

Merece destaque uma pesquisa recente e em andamento, desenvolvida por Cristiano Corte Restitutti, que tem revelado informações de extrema relevância para se compreender os circuitos mercantis do fumo de Minas, com destaque para os principais centros produtores (Baependi, Cristina e Itajubá) e os mercados que absorviam a produção sul-mineira, especialmente a cidade do Rio de Janeiro. Os circuitos terrestres garantiam a chegada do fumo até a praça mercantil carioca, que se tornou o principal centro consumidor e distribuidor do fumo sul-mineiro para outras províncias (Rio Grande do Sul, Pernambuco e Santa Catarina) e a bacia do Prata (Montevideu e Buenos Aires), através do comércio de cabotagem. Em 1827-1832 e 1833-1838, o Rio

¹ Parte dessa discussão pode ser encontrada em minha tese de doutorado, recentemente publicada. Ver Marcos Ferreira de Andrade. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. pp. 50-52; 84-86; 90-94.

² João Luís Fragoso relata o comércio de fumo e tecidos grossos para escravos, desenvolvido entre Aiuruoca, Baependi e Cristina e a praça mercantil do Rio de Janeiro. Ver *Homens de grossa aventura*, p. 25.

³ O autor destaca a inexistência de estudos mais sistematizados sobre o assunto, ao analisar as obras de Kathleen Higgins e Laird W. Bergard sobre Minas Gerais. Douglas Cole Libby, Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergard, p. 279-304. Também já havíamos chamado a atenção para este aspecto em artigo em que analisamos o potencial das fontes regionais para a história do sul de Minas. Ver Marcos Ferreira Andrade e Maria Tereza Pereira Cardoso, A vila da Campanha da Princesa: fontes para a história do sul de Minas, p. 218.

da Prata absorvia 69% e 91%, respectivamente, do tabaco exportado através do porto carioca. Mas, como reitera o autor, nesse mesmo período, o Rio de Janeiro era responsável pelo consumo de 46% do fumo produzido em Minas Gerais.⁴

Numa primeira leitura dos inventários, pode-se perceber que a região da freguesia de Santa Catarina, que mais tarde pertenceria à comarca de Cristina, apresentava maior número de processos que mencionam lavoura de tabaco, registrada nos documentos como “fumo em arroba”, “fumal” ou “fumo em rolo”. Algumas propriedades da freguesia do Lambari, mais próximas de Campanha, também detinham alguma produção ou lavouras de tabaco. No conjunto 475 inventários analisados para o termo da vila de Campanha, foram localizados 31 (6,5%) proprietários produtores de tabaco em arrobas ou em lavoura. Embora o número seja pequeno, é representativo, quando se considera a faixa de escravaria. Mais de 60% (22) dos proprietários que apresentavam alguma produção de fumo estavam nas faixas média e grande de escravaria, ou seja, com posses acima de 10 cativos. Nenhum deles parece ter-se dedicado exclusivamente à produção de fumo, aliás, como em outros casos, as atividades estavam sempre consorciadas. Em 1833, d. Ana Francisca de Jesus, por exemplo, residente na fazenda Congonhal, no termo de Campanha, além de ser dona de engenho, criar gado e cultivar milho, também tinha 32 arrobas de fumo.⁵

A planta do tabaco encontrou condições propícias de desenvolvimento nas nascentes do Rio Grande e nas proximidades da serra da Mantiqueira, aproximadamente em 1709, segundo Jean-Baptist Nardi. As condições especiais da região acabaram contribuindo para a qualidade do fumo, contribuindo para a sua boa aceitação em mercados mais distantes, sendo conhecido popularmente como *fumo de Minas* ou *tabaco de Baependi*. Segundo Nardi, “era uma espécie resultante de um cruzamento entre duas variedades de *Nicotiana tabacum*, tipo *brasiliensis*: a *Flor roxa* e a *Flor Branca*, e mais tarde levou o nome de *Sul de Minas*”.⁶

Segundo indicações de Bernardo Saturnino da Veiga, ainda na década de 1880, o fumo era o principal produto da freguesia de Santa Catarina, seguido pelo café e cana.⁷ Já no almanaque escrito 10 anos antes, o autor traz indicações sobre o volume anual exportado para o Rio de Janeiro. A freguesia remeteu, aproximadamente, 15 mil arrobas de fumo para a Corte⁸.

Vejamos os indícios encontrados nos inventários e em outras fontes sobre alguns habitantes daquela área. A importância que esta atividade teve na freguesia pode ser avaliada pelo inventário de d. Maria Bento Carneiro,

⁴ RESTITUTTI, Cristiano Corte. Circuitos mercantis do tabaco mineiro, 1802-1892. *Anais do Congresso Latino-americano de História Econômica*, 2007. Montevideu. Trabalho inédito. (mimeog.)

⁵ Inventário de dona Ana Francisca de Jesus (1833), Centro de Memória Cultural do Sul de Minas - CEMEC-SM, caixa 06.

⁶ NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro do período colonial: agricultura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 35. *Apud* RESTITUTTI, Cristiano Corte. Circuitos mercantis do tabaco mineiro, 1802-1892. p. 3.

⁷ Bernardo Saturnino da Veiga, *Almanaque sul-mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1884. p. 498.

⁸ Bernardo Saturnino da Veiga. *Almanaque sul-mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874. p. 127.

realizado no ano de 1849. Em 1831, Joaquim Severino de Paiva e d. Maria Bento Carneiro já estavam casados, ambos com 39 e 29 anos, respectivamente. Tinham cinco filhos com idade inferior a dez anos. Em 1849, quando foi realizado o inventário da mulher, já tinham nove. Na época em que foram recenseados, eram proprietários de 25 cativos e 23 libertos, que também residiam no mesmo fogo. O chefe da família foi qualificado como negociante e não como lavrador, fazendeiro ou pecuarista.⁹ Na lista das casas de negócio de 1836, Joaquim Severino aparece como proprietário de uma casa de comércio de fazenda seca.¹⁰ Mas grande parte da sua riqueza foi amealhada a partir de um consórcio de atividades, destacando-se a relação de complementaridade entre o mundo agrário e o mercantil, como se pode constatar pela tabela a seguir.

Composição da fortuna (em mil-réis) acumulada pelo fazendeiro-negociante Joaquim Severino de Paiva e Silva – 1849

Ativos	Valor	%
Dinheiro	765\$000	1
Jóias	170\$800	0
Utensílios, móveis e ferramentas	755\$680	1
Produção, plantações e mantimentos	5:352\$490	4
Animais	7:136\$000	5
Escravos	47:490\$000	36
Imóveis rurais	42:707\$500	32
Imóveis urbanos	2:300\$000	2
Dívidas ativas	26:551\$103	20
Total (monte-mor bruto)	133:228\$573	100

Fonte: CEMEC-SM, Inventário *post mortem* de dona Maria Bento Carneiro (1849). CEMEC-SM, caixa 22.

Se, em 1831, possuía 25 cativos, em 1849 este número sobe para cem, denotando a expansão de suas atividades e seu enriquecimento. Será que Joaquim Severino era um comerciante que, depois, acabou se tornando um grande fazendeiro, dono de várias propriedades e muitos escravos, sem, contudo, abandonar a atividade mercantil? Infelizmente não se tem como responder a esta pergunta. O que se pode concluir, pela documentação analisada, é que grande parte de sua fortuna estava alocada nas atividades agrárias (imóveis rurais, escravos, animais, plantações etc.), correspondendo a mais de 70% do valor dos bens arrolados. No inventário da esposa, não aparece nenhum valor referente a mercadorias de loja de comércio e nenhum estabelecimento identificado como tal. Há referência a alguns imóveis na sede da freguesia de Santa Catarina, mas sem maiores detalhes. Já o número de imóveis rurais, parte deles em várias fazendas, é bastante expressivo. Os indícios de que a atividade comercial continuava sendo exercida estão no

⁹ Arquivo Público Mineiro - APM, Listas nominativas de 1831-32 para o termo de Campanha. Base de dados gentilmente cedida pela professora Clotilde de Andrade Paiva – CEDEPLAR-UFMG.

¹⁰ APM, Relação das casas de negócio e de engenhos de 1836. SP PP 1/6, caixa 04.

número de dívidas ativas – nada menos que 449 pessoas tinham contas a pagar ao casal. As evidências de que atuavam no comércio através de tropas são claras. Do total de 121 bestas que possuíam, 38 eram arreadas e 16, também arreadas, eram tropas alugadas.

A produção das fazendas era diversificada, o que sugere ser parte dela destinada ao comércio e, certamente, não só ao mercado local ou regional, mas também ao de outras províncias, especialmente à praça carioca. O rebanho era composto por 78 cabeças de gado vacum (vacas com crias, reses, garrotes e bois de carro), 57 eqüinos e 121 cabeças de porco. Entre as plantações e os mantimentos, havia uma roça de milho plantada, 80 carros de milho no paiol, além de fumo. Embora não haja menção à quantidade em arrobas, definida apenas como “uma porção de fumo em rolos”, o valor era extremamente alto, sendo avaliado em 4:408\$490 (quatro contos, quatrocentos e oito mil, quatrocentos e noventa réis).¹¹

Algumas informações prestadas pela Câmara Municipal de Campanha ao Conselho de Governo, no ano de 1825, indicam a importância de determinadas atividades econômicas praticadas na região, particularmente o comércio de fumo. Os dados são apresentados de forma genérica, porém, se confrontados com outras fontes, como, por exemplo, os inventários, são muito úteis.

Os vereadores informam que, entre as culturas mais importantes que se desenvolvem em toda a extensão do termo, destaca-se o plantio de milho, feijão, arroz, cana, fumo, mandioca e cará. Alguns agricultores plantavam inhames, destinados à alimentação dos porcos. O algodão também era cultivado razoavelmente nas terras próximas ao rio Verde. O trigo, que em outras épocas era produzido em abundância e até exportado para o interior da província e também para São Paulo, foi abandonado pelos agricultores em razão de problemas no seu cultivo, tendo sido a sua farinha substituída pelo polvilho e pela farinha de milho. Vários gêneros eram comercializados entre os termos e as outras províncias:

[...] deste termo se exporta para o termo de Baependi, milho, feijão, farinha, arroz, açúcar e aguardente de cana; e bem assim os moradores d'aquela termo vêm a este comprar muito fumo para exportarem para a corte do Rio de Janeiro; e da mesma sorte se exportam toucinhos para a província de São Paulo. Igualmente se importam para este termo vindo da corte do Rio de Janeiro e da província de São Paulo, e praça de Santos, farinhas de trigo, vinhos e mais gêneros da Europa.¹²
(grifos meus)

No que se refere à produção de fumo, a informação da Câmara de Campanha é bastante curiosa, pois as freguesias de Baependi e Cristina eram comumente citadas como as principais regiões produtoras, embora alguns inventários indiquem o cultivo do tabaco em algumas propriedades do arraial do Lambari. Será que havia uma praça comercial em Campanha, onde esses gêneros, especialmente o fumo, eram comercializados e, depois, remetidos

¹¹ Inventário *post mortem* de d. Maria Bento Carneiro (1849). CEMEC-SM, caixa 22.

¹² Memórias municipais. *Revista do APM*, ano I, fascículo 3º. Julho a setembro de 1896, p. 625-626.

para o Rio de Janeiro? Esta hipótese parece provável, já que a cidade, no final da primeira metade do século XIX, era um dos principais entrepostos comerciais localizados mais ao sul da comarca do Rio das Mortes. Na data em que a Câmara apresentou o seu relatório, Baependi já era vila e havia uma série de freguesias, distritos e povoações sob a sua jurisdição.

Alcir Lenharo destaca as cidades de São João del-Rei e Barbacena como os mais importantes entrepostos comerciais que interligavam Minas e a Corte. Pode-se considerar que Campanha também faça parte deste circuito, sobretudo pela sua importância estratégica e econômica no período em estudo.¹³

3. Livro de Notas do fazendeiro/negociante Antônio José Ribeiro de Carvalho

Um outro caso, que ilustra a atuação dos fazendeiros/negociantes e as articulações que mantinham com distintos segmentos sociais e com vários tipos de praças comerciais, pode ser pinçado através da trajetória do coronel Antônio José Ribeiro de Carvalho. O “velho do Condado”, como ficou popularmente conhecido, por possuir uma propriedade com este nome nas imediações da freguesia de Nossa Senhora do Carmo, em Baependi, casou-se com Helena Nicésia Junqueira, filha do deputado Gabriel Francisco Junqueira.¹⁴ Além de grande proprietário escravista, era negociante envolvido com a condução de tropas de Minas para a Corte, e vice-versa, comercializando tanto os gêneros da terra, como as mercadorias que trazia do Rio de Janeiro.

O envolvimento com o tropeirismo e as atividades mercantis tem ligação direta com sua história familiar, pois o “velho do Condado” descendia de um dos maiores negociantes de Pouso Alto. Seu pai, o português Custódio Ribeiro Guimarães, foi um dos maiores tropeiros da região, entre fins do século XVIII e início do século XIX. Seus quatro irmãos, Francisco Ribeiro de Carvalho e Cunha, Joaquim Ribeiro de Carvalho, Manoel José Ribeiro de Carvalho e João Ribeiro Pereira Guimarães, também exerciam atividades mercantis e possuíam tropas.

Segundo o memorialista Luis Barcelos de Toledo¹⁵, o “sertão da pedra branca”, como era conhecida a antiga freguesia do Espírito Santo dos Cumquibus e, posteriormente, Cristina, foi ocupado por proprietários oriundos de Baependi, Pouso Alto, Aiuruoca e alguns portugueses. Dentre estes últimos,

¹³ Cf. Alcir Lenharo, *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 89-90.

¹⁴ Sobre a trajetória da família Junqueira, ver ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. pp. 205-268.

¹⁵ Luis Barcelo de Toledo é considerado o primeiro historiador da cidade de Cristina e escreveu um texto sobre a história da região, datado, provavelmente, das primeiras décadas do XX, com base em pesquisa na documentação cartorial local (sesmarias, inventários, divisão de terras...) e também em outras obras, provavelmente o *Almanaque Sul-Mineiro*, de Bernardo Saturnino da Veiga. O texto é manuscrito e tem 93 folhas paginadas, sem considerar o verso. Dentre os aspectos salientados pelo autor, destacam-se as sesmarias e as famílias que se estabeleceram naquela área. Trata-se de um trabalho interessante para se confrontar com as fontes que ainda existem em Cristina e também no Arquivo Público Mineiro. Atualmente, o documento encontra-se sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal de Cristina, que possui um centro de documentação histórica que, corretamente, homenageia aquele que primeiro escreveu sobre parte da história da cidade.

destaca-se o capitão-mor Custódio Ribeiro Guimarães, que em 1811, teria chegado à região e adquirido a fazenda “Três Barras”.

Um dos mais antigos documentos (...) sobre os primeiros habitantes deste lugar, é um inventário de 1805, na fazenda do Ribeirão do Carmo, denominada “Três Barras”, por falecimento de Ana Joaquina da Silva, morta a 14 de agosto de 1803, sendo inventariante seu marido, Manoel Ramos da Silva. Em 1811, essa mesma fazenda foi vendida por Manoel Ramos da Silva e seus herdeiros, ao Capitão-Mór Custódio Ribeiro Guimarães, abastado fazendeiro de Pouso Alto, conhecido por “Chapada”, derivado do lugar onde residia; que nessa mesma ocasião também comprou e tirou em pagamento da quantia que lhe devia Antonio José Pereira, a fazenda denominada “Palmital”, unida a das “Três Barras”, que Pereira havia comprado a seu primitivo dono, o Alferes Antônio José Rodrigues. Na descrição das divisas dessas duas propriedades declarou-se que elas confrontavam com as terras de Antônio José de Souza, João Fernandes da Silva, proprietário da fazenda Pitangal, e Manoel Carneiro Santiago, dono da fazenda Água Limpa; prova-se com esse documento que em 1811, já existiam, embora ainda em sertão, as fazendas do Pitangal e Água Limpa, ambas no território do, posteriormente, Curato do Espírito Santo dos Cumquibus.¹⁶

Parte da trajetória de um dos filhos de Custódio pode ser contada porque o “velho do Condado” fez diversos apontamentos sobre seus negócios em um livro de notas.¹⁷ Em 1832, seu nome aparece na lista nominativa de habitantes do Termo de Baependi, qualificado como tropeiro e proprietário de 92 cativos.¹⁸

Primeiramente, é preciso chamar a atenção para o tratamento metodológico que se dará a este tipo de registro. Poderia ter optado pelo quantitativo, mas este não foi o caminho escolhido, especialmente em razão da dificuldade para analisar o documento. Não se trata, simplesmente, de um livro de registro de dívidas ativas e passivas, e sim de um livro de notas, no qual o negociante registrou todo tipo de despesa e crédito, que nem sempre aparece claramente. O livro serviu ainda para anotar questões que envolviam sua família, como, por exemplo, o pagamento da legítima a seus herdeiros diretos, o que é extremamente interessante, pois nos permite ter uma dimensão da fortuna acumulada em determinado momento de sua trajetória.

O livro contém quase duzentas páginas manuscritas, sendo que somente 99 foram numeradas, pois não há paginação no verso. Em que pesem

¹⁶ Luis Barcelo de Toledo. *O sertão da pedra branca*. Cristina: s/d. p. 2. Texto manuscrito pertencente ao Arquivo Histórico Municipal de Cristina.

¹⁷ Livro de notas de Antônio José Ribeiro de Carvalho. Documento original pertencente a Walter Ribeiro Junqueira – Carmo de Minas/MG. O primeiro contato que tive com este documento foi por meio da cópia da transcrição do livro, que, gentilmente, recebi de Lucila Reis Brioschi, em 1995. Ela havia mencionado a existência do documento em sua dissertação de mestrado, embora não o tenha analisado. Também não tive tempo hábil e condições para incluí-lo na minha dissertação. Acredito que agora seja o momento mais adequado para inseri-lo no contexto das atuais investigações. Em novembro de 2003, tive acesso ao documento original e pude fotografá-lo, com a autorização do sr. Walter Ribeiro Junqueira, a quem também gostaria de registrar meus agradecimentos.

¹⁸ APM, Lista nominativa de habitantes do Termo de Baependi - 1831-32.

as dificuldades apontadas, foi possível destacar algumas partes do documento e perceber um pouco da lógica do negociante ao fazer suas anotações. Parece que se tratava de um livro para registro de questões referentes a seus negócios, compra e venda de mercadorias, empréstimos e dívidas, entre outros assuntos.

Logo na primeira folha, não numerada, aparece a relação nominal de seus 19 filhos, acompanhada de anotações à margem, que registravam o falecimento de três deles. No final dessa mesma folha, há uma relação de assentos de batismo de cinco escravos crioulos. Na primeira página numerada é que se inicia o registro dos negócios propriamente ditos. Primeiro, menciona-se o mês, logo em seguida vem o nome do devedor, depois, a relação de mercadorias e os respectivos preços. Também são discriminadas algumas informações relativas aos pagamentos feitos, aos abatimentos das dívidas e o que ainda restava a pagar. Em outros momentos, há informações referentes às despesas feitas com a tropa, à venda de alguns bens dos familiares e a empréstimo de dinheiro.

O livro cobre um período extenso da vida do negociante, de março de 1820 a 1872, mas o maior volume de informações se concentra entre os anos de 1820 e 1850. Evidentemente, este trabalho não pretende esgotar todas as possibilidades de análise que o documento oferece, mas apenas destacar algumas partes que permitam elucidar um pouco do universo social do fazendeiro/tropeiro, das mercadorias que vendia, das relações que estabelecia com aparentados ou não e como conduzia seus negócios. Neste aspecto, em particular, as reflexões propostas por Karl Polani acerca das sociedades e dos sistemas econômicos que antecedem à economia de mercado são de extrema relevância para compreender que a “economia, como regra, está submersa em suas relações sociais”.¹⁹

Embora não se tencione estabelecer uma quantificação, selecionaram-se os primeiros cinco anos de registro, para saber quantas pessoas foram relacionadas como devedoras. Entre 1820 e 1825, o negociante registrou cem devedores, sendo que 22 nomes aparecem mais de uma vez e dois, quatro vezes.²⁰ As mercadorias eram negociadas com representantes de diversos segmentos sociais: fazendeiros, agregados, forros, camaradas, entre outros.

O negociante vendia todo tipo de mercadoria que se poderia imaginar. A princípio, suspeitou-se que fosse comerciante fixo, dono de loja de “secos e molhados”, pela infinidade de mercadorias relacionadas. Depois, pôde-se perceber que se tratava de um livro de registro das mercadorias que fornecia para seus clientes, onde se anotavam os itens, a quantidade, o preço, os abatimentos e o que restava pagar. Vejamos alguns exemplos.

Antônio Villas Boas, que aparece registrado no livro algumas vezes, adquiriu várias mercadorias das mãos de Antônio José Ribeiro de Carvalho. Em março de 1820, comprou um aparelho de louça para café, uma tigela amarela, um urinol, três pratos/travessas pretas, dois pequenos, uma caneca pintada, uma terrina, quatro tigelas, um copo de vidro, uma tesoura, um pente para cabeleira, um sabonete, meia saca de sal e duas garrafas de vinho

¹⁹ Ver Karl Polani, *A grande transformação: as origens de nossa época*. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 63.

²⁰ Livro de notas de Antônio José Ribeiro de Carvalho, p. 1-54.

francês.²¹ Percebe-se, neste caso, que são mercadorias vindas de fora da província de Minas, certamente do Rio de Janeiro.

Além de utensílios domésticos, há uma variedade muito grande de tecidos e cortes de panos muito procurados pelos fregueses. Pode-se também imaginar a comoção causada pela chegada de uma tropa e de uma encomenda, e a expectativa de se ela estava ou não do agrado do freguês. Vitória Maria do Rosário, preta,²² moradora na freguesia do Carmo, havia adquirido um xale de seda, 11 varas e meia de fita e um lenço de seda. Sua compra ficou em 8\$680 (oito mil, seiscentos e oitenta réis). Havia liquidado quase a totalidade de sua dívida, restando somente \$240 (duzentos e quarenta réis).

Um dos aspectos que chama bastante a atenção no documento é a forma de pagamento ou como ocorriam os abatimentos de parte das dívidas. Às vezes, só se mencionavam os valores que haviam sido pagos e o que restava a pagar. Em vários casos, as dívidas eram abatidas em pequenas quantidades de arrobas de fumo, demonstrando a importância da cultura deste produto na região.²³ De 1820 a 1832, por exemplo, o fumo aparece listado nada menos que 24 vezes como moeda de pagamento das mercadorias adquiridas por seus clientes.²⁴ Esse foi o caso de Tomé Francisco de Paiva, morador nas Laranjeiras, que quitou sua dívida com oito arrobas de fumo. A forma de pagamento deixa evidente a escassez de moedas na época, que, às vezes, estava em poder de poucos negociantes e fazendeiros abastados. Joaquim Pereira, por exemplo, adquiriu um chapéu que pagou em fumo.²⁵ Nas centenas de páginas do livro de notas, somente em um momento se faz menção ao pagamento de uma dívida no valor de 100\$000 (cem mil réis), no ano de 1829, feito em dinheiro (notas).²⁶

Uma análise mais detalhada das mercadorias adquiridas é indicativa da classificação social de sua clientela, como já houve oportunidade de mencionar. Poderiam ser fazendeiros, artesãos, agregados, camaradas, forros, entre outros. O capitão Joaquim Ribeiro de Carvalho, que talvez fosse um parente, adquiriu várias mercadorias somente acessíveis a pessoas de cabedal. Comprou duas garrafas de cerveja, dois pares de meia, um vestido bordado, um canivete, uma garrafa de cerveja do reino, uma de licor, pentes e fitas, além de ter obtido dinheiro em empréstimo do negociante.²⁷

Antônio José Ribeiro de Carvalho também comercializava esporadicamente feijão e alguns animais, como gado e porcos, que não constituíam a maioria das mercadorias relacionadas.²⁸ Nas viagens que fazia ao Rio de Janeiro com sua tropa, eventualmente, também negociava escravos.

²¹ Ibidem, p. 1.

²² Parece que se tratava de uma preta forra, mas esta informação não aparece registrada no livro. Ibidem, p. 4.

²³ Bernardo Jacinto da Veiga, na edição dos dois almanaques, destaca a cultura do fumo como uma das atividades econômicas principais da freguesia de Nossa Senhora do Carmo e da comarca de Cristina. Ver *Almanaque sul-mineiro*, p. 120 (edição de 1874), p. 485-493 (edição de 1884).

²⁴ Livro de notas de Antônio José Ribeiro de Carvalho, p. 1-58.

²⁵ Ibidem, p. 35.

²⁶ Ibidem, p. 62.

²⁷ Ibidem, p. 9.

²⁸ Na década de 1820, Custódio Pereira de Macedo, além de dever alguns cortes de tecido, havia adquirido do negociante quatro alqueires de feijão. Ibidem, p. 30.

Há registro de uma dívida relativa à compra de um negro (escravo), adquirido em agosto ou setembro de 1825, para ser paga em três anos. Do total de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) da dívida, a metade já tinha sido paga em fumo, em 1827.²⁹

No rol das dívidas de seus clientes, era comum aparecerem pequenas quantias de dinheiro em empréstimo. Em função da atividade que exercia, certamente dispunha de dinheiro em espécie, que lhe permitia atuar como prestamista para diversos tipos de clientes, até para escravos que dispunham de pecúlio para adquirir sua alforria. Este foi o caso de Antônio Borges, crioulo, que tinha uma dívida de 300\$000 (trezentos mil réis) com o negociante, feita para a compra de sua alforria.³⁰

Parece que o “velho do Condado” era um exímio negociante. Além das relações que estabelecia com diversos segmentos sociais, em virtude de sua ocupação, estava atento aos negócios da família e dos aparentados. Além de importar mercadorias da Corte e atender às necessidades dos moradores da região, negociava os gêneros da terra, que produzia em sua propriedade e também na dos aparentados. No seu livro de notas, prestou conta da venda de animais pertencentes a seus filhos e cunhados. Este foi o caso dos bezerros, das vacas e dos garrotes de sua filha Maria Ribeira, vendidos por 103\$000 (cento e três mil réis).³¹

Como negociava toda sorte de mercadorias e também atuava como prestamista, acabou administrando a herança dos filhos até 1872 (última data que aparece no livro), colocando o dinheiro a “prêmio” e vendendo os animais que tocaram a cada herdeiro. Em dezembro de 1859, fez o seguinte registro no seu livro de notas: “só serve este livro desta folha em diante para meus filhos verem suas contas para com seu pai”.³² O fazendeiro/negociante registrou o pagamento da legítima feita a cada um dos 16 herdeiros, por ocasião do inventário realizado provavelmente em virtude do falecimento da esposa. Foram declarados as partes de terras que os filhos tinham na fazenda do Condado e na fazenda Bela Cruz, quatro a seis escravos que couberam a cada um, carros de milho, porcos, gado e dinheiro. Nessa época, o número de escravos continuava quase o mesmo de 1830, ou seja, noventa. Cada herdeiro teve sua legítima avaliada em 8:493\$287 (oito contos, quatrocentos e noventa e três mil, duzentos e oitenta e sete réis). Como eram 16 filhos, o monte-mor do inventário atingiu a quantia de 135:028\$592 (cento e trinta e cinco contos, vinte e oito mil, quinhentos e noventa e dois réis).³³ Como se disse anteriormente, o negociante continuou administrando os bens dos filhos até 1872 e prestou conta do valor adquirido com a venda dos animais e dos rendimentos auferidos pela colocação do dinheiro a prêmio.³⁴

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ O fazendeiro/negociante ainda registra a venda do gado que pertencia a outros dois filhos e também os negócios que tinha com seu cunhado, Francisco de Andrade Junqueira, filho do deputado Gabriel Francisco Junqueira. Ibidem, p. 63-64.

³² Ibidem, p. 78.

³³ Ibidem, p. 78-85.

³⁴ Ibidem, p. 86-99.

4. Considerações finais

Os casos analisados indicam a importância que o fumo possuía na economia sul-mineira, isto se a compreendermos de forma integrada a outras atividades desenvolvidas na região, como a produção agrícola e a pecuária. O sucesso de um empreendimento agropastoril dependia do consórcio de várias atividades, incluindo a produção e a comercialização do fumo, embora este seja um gênero destinado à exportação em outros mercados, além da praça mercantil carioca. Também se verificou que o fumo, em pequenas quantidades, poderia servir de moeda de troca, no caso de aquisição de alguma mercadoria, especialmente aquelas que chegavam da Corte, como nos casos encontrados no livro de notas dos fazendeiro/negociante Antônio José Ribeiro de Carvalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- _____. & CARDOSO, Maria Tereza Pereira. “A vila da Campanha da Princesa: fontes para a História do Sul de Minas. *Varia História*. Belo Horizonte, Revista do Departamento de História da UFMG, julho de 2000. pp. 214-233.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo, Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas Cole. “Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergard”. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et al. *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001. pp. 279-304.
- MEMÓRIAS municipais. *Revista do APM*, ano I, fascículo 3º. Julho a setembro de 1896.
- NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro do período colonial: agricultura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- POLANI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RESTITUTTI, Cristiano Corte. Circuitos mercantis do tabaco mineiro, 1802-1892. *Anais do Congresso Latino-americano de História Econômica*, 2007. Montevideú. Trabalho inédito. (mimeog.)
- TOLEDO, Luis Barcelo de. *O sertão da pedra branca*. Cristina: s/d (texto manuscrito)
- VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanaque sul-mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.
- _____. *Almanaque sul-mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.